

EDITORIAL

Flávia Regina Souza Ramos¹

No dia 07 de abril de 2009 foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução n. 4, de 06/04/2009, que dispõe sobre carga horária mínima-CHM e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação da área da saúde, bacharelados, modalidade presencial (Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia ocupacional). O curso de Enfermagem foi classificado no grupo de CHM de 4.000 horas e limite mínimo de integralização de cinco anos. Essa resolução acatou o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, aprovada em 09/10/2008, elaborada com base em estudos, argumentações e resultados de interlocução com a sociedade; esta última na forma de audiências públicas, que contaram com forte participação da Associação Brasileira de Enfermagem-ABEn.

De imediato esse fato já nos provoca um sentimento de vitória, de um final desejado em uma “boa batalha”, no sentido da legitimidade conquistada por um intenso e prolongado envolvimento e empenho dos profissionais, representados e mobilizados pela ABEn. Essa é a primeira face dessa conquista. Porém, outros pontos de reflexão devem ainda ser abertos e fazer frente a novos desafios. Passadas as etapas anteriores, como da recente reformulação dos Projetos Pedagógicos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, se iniciará um novo processo de discussão interna, em cada escola/curso, para efetivar as mudanças, demandadas pela própria profissão. Um novo suporte legal, mas também um contexto já conhecido de limitações que envolvem as diversas realidades institucionais, ou seja, longe de fluxos uniformes, outras tantas mobilizações por fazer no cotidiano acadêmico.

Os contextos locais nos remetem àquele que, talvez, seja um dos desafios ainda não suficientemente enfrentado por todos nós – o de uma atuação mais consistente frente à necessidade de regulação e controle sobre a abertura e qualidade dos Cursos. Tanto quanto a regulação do exercício das profissões um marco regulatório do ensino superior constitui-se componente estratégico para o alcance das mudanças no setor saúde. Não qualquer marco, mas aquele que considere a perspectiva “interessada” dos profissionais e, especialmente, das necessidades públicas. A quem caberá falar em nome desses interesses e como essas e outras diferentes vozes poderão se posicionar nesse cenário? Essa é apenas uma das atuais questões que se desdobram e que exigem outro tipo de reflexão – a reflexão sobre o caráter social do que pode nos parecer, num primeiro momento, apenas uma conquista de um grupo profissional, e sobre o caráter ético de nossas posições e decisões.

Sobre o primeiro ponto de reflexão considero importante que ainda questionemos: Que mudanças estão em curso para que uma proposta se torne, em determinado momento, viável e legítima? Se já foi antes desejada, porque agora se anuncia? O que a torna necessária a essa sociedade e tempo? O que esse tempo e lugar anunciam como possibilidades e demandas? Dessas questões muito podemos discutir, sobre as mudanças no contexto do trabalho em saúde, por exemplo, esta é a tarefa e o objeto de nossa pesquisa e atenção crítica.

Ainda precisamos uma última pergunta sobre nós mesmos e sobre como estamos implicados nesse tempo e lugar. Daí o momento de reconhecer estes laços de implicação e pertencimento, de constituições identitárias móveis e frágeis; estas mesmas que nos fazem defender projetos e nos empenhar em alternativas de mudança. É nesse tempo e lugar que somos e escolhemos, algumas vezes mais rapidamente, outras vezes mais lentamente, mas sempre produzindo consequências. No interior de bases legais e de organizações que parecem pré-determinar o caminho, as regras e a lógica de nossa atuação parece haver pouco espaço para a criação e o agir eticamente responsável? É exatamente desse lugar que nos cabe problematizar nossas seguras bases, trajetórias e oportunidades.

*Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma/ Até quando o corpo pede um pouco mais de alma/
A vida não pára.../ [...] O mundo vai girando cada vez mais veloz/ A gente espera do mundo e o mundo
espera de nós/ Um pouco mais de paciência.../ Será que é tempo que lhe falta prá perceber? / Será que
temos esse tempo prá perder?/ E quem quer saber?/ A vida é tão rara. Tão rara... (Lenine. “Paciência”).*

¹Enfermeira. Doutora. Docente do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: flaviar@ccs.ufsc.br

EDITORIAL

On April 7th 2009, Resolution number 4 of April 6th, 2009 from the Union Official Diary was published, referring to the minimal workload and procedures related to the integralization and length of the health sciences undergraduate programs, baccalaureate and in the presential modalities (Biomedicine, Biological Sciences, Physical Education, Nursing, Pharmacy, Physiotherapy, Speech, Language and Hearing Sciences, Nutrition Sciences and Occupational Therapy). Nursing programs were classified in the 4000 hours workload group and with five years as minimal limit for its integralization. This resolution followed the National Educational Board and Superior Education Chamber statement, approved in October 9th, 2008 developed with basis in studies, arguments and results from dialogues with the society, these lasts took place in public audiences with strong participation of the Nursing Brazilian Association-ABEn.

In the first moment, this fact already give us a feeling of victory, of having accomplished a desired end after a “good battle”, in the way of the legitimacy acquired through a long and intense involvement and commitment of professionals, represented and mobilized by ABEn. This is the first face of this achievement. Nevertheless, other reflection points must still be opened and make front for new challenges. Once the first steps are being concluded, as the recent reformulation of the pedagogical projects with basis in the National Curricula Guidelines, a new process of internal discussions will begin, in each Nursing school/program, to perform the changes demanded by the profession itself. A new legal support, but also a context of limitations that are already known, which includes many institutional realities, in other words, that are away from uniform flows, and many other mobilizations still to be done in the academic daily activities.

Local contexts take us to the challenge that is one of those still not sufficiently faced for all of us – the challenge of a more consistent actuation regarding the need of regulation and control of the opening and quality of Nursing programs. As well as the need of regulation of professions, a regulatory march of the undergraduate programs is a strategic component to achieve changes in the health sector. Not any march, but that one that considers the “interested” perspective from professionals and, specially, from the public needs. To whom would it be addressed the role to speak in the name of these interests and how these and other

different voices could stand up in this scenario? This is only one of the actual questions that unfolds and that demands another kind of reflection – a reflection about the social aspect of an achievement that could seem to us, in a first glance, an achievement only of a specific professional group, and about the ethical aspects of our positioning and decisions.

Regarding the first point of reflection, I think it's important that we still question: which changes are in course for a proposition to become, in a given moment, both viable and legitimate? If the proposition was once desired, why is it now announced? What makes it necessary to this society and time? What this time and place announce as possibilities and demands? We can discuss too much about these questions, but about the changes in the health work context, this is the task and the object of our research and critical attention.

We still need to answer a last question about ourselves and about how we are involved in this time and place. From that answer, there is the moment to recognize these involvement bonds and belonging, of mobile and fragile identity constitutions; these very same ones that makes us defend our projects and to struggle towards changing alternatives. It is in this time and place that we are, and we choose, either in a faster or slower way, but always producing consequences. In the inner place of legal bases and of organizations that seem to predetermine the path, the rules and the logic of our practice, it seems to have less space to creation and the ethically responsible practice? It is exactly in this place that we should practice our role of problematize our safe foundations, history and opportunities.

*Even when everything loses a little more of calm/
Even when the body asks for a little more of soul/
Life doesn't stop.../[...] The world keep spinning
faster/ People expects from the world and the
world expects from us/A little more of patience.../
Is it lack of time that makes you don't perceive?/
Does we have this time to waste?/ And who wants
to know?/ Life is so rare. So rare... (Lenine,
“Patience”)*

¹Enfermeira. Doutora. Docente do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.
E-mail: flaviar@ccs.ufsc.br

EDITORIAL

Flávia Regina Souza Ramos¹

En el día 07 de abril de 2009 fue publicada en el Diario Oficial de la Unión, la Resolución n. 4, de 06/04/2009, que dispone sobre carga horaria mínima-CHM y procedimientos relativos a la integración y duración de los cursos de graduación da área da salud, bachilleratos, modalidad presencial (Biomedicina, Ciencias Biológicas, Educación Física, Enfermería, Farmacia, Fisioterapia, Fonoaudiología, Nutrición y Terapia ocupacional). El curso de Enfermería fue clasificado en el grupo de CHM de 4.000 horas y límite mínimo de integración de cinco años. Esa resolución acató el Parecer del Consejo Nacional de Educación/Cámara de Educación Superior, aprobada en 09/10/2008, elaborada con base en estudios, argumentaciones y resultados de interlocución con la sociedad; esta última en forma de audiencias públicas, que contaron con fuerte participación de la Asociación Brasileira de Enfermería-ABEn.

De inmediato ese hecho ya nos provoca un sentimiento de victoria, de un final deseado en una “buena batalla”, en el sentido de la legitimidad conquistada por un intenso y prolongado involucramiento y empeño de los profesionales, representados y movilizados por la ABEn. Esa es la primera fase de esa conquista. Pero, otros puntos de reflexión deben todavía ser abiertos y hacer frente a los nuevos desafíos. Pasadas las etapas anteriores, como de la reciente reformulación de los Proyectos Pedagógicos con base en las Directrices Curriculares Nacionales, se iniciará un nuevo proceso de discusión interna, en cada escuela/curso, para efectivizar las mudanzas, demandadas por la propia profesión. Un nuevo soporte legal, pero también un contexto ya conocido de limitaciones que envuelven las diversas realidades institucionales, o sea, lejos de flujos uniformes, otras tantas movilizaciones por hacer en el cotidiano académico.

Los contextos locales nos remeten a aquel que, quizá, sea uno de los desafíos todavía no suficientemente enfrentado por todos nosotros – el de una actuación más consistente frente a la necesidad de regulación y control sobre la abertura y cualidad de los Cursos. Tanto cuanto la regulación del ejercicio de las profesiones un marco regulatorio de enseñanza superior constituyese componente estratégico para el alcance de las mudanzas en el sector salud. No cualquier marco, pero aquel que considere la perspectiva “interesada” de los profesionales y,

especialmente, de las necesidades públicas. A quien cabrá hablar en nombre de esos intereses y como esas y otras diferentes voces podrán posicionarse en ese escenario? Esa es apenas una de las actuales cuestiones que se desdoblán y que exigen otro tipo de reflexión – la reflexión sobre el carácter social de lo que puede parecernos, en un primer momento, apenas una conquista de un grupo profesional, y sobre el carácter ético de nuestras posiciones y decisiones.

Sobre el primer punto de reflexión considero importante que todavía cuestionemos: Qué mudanzas están en curso para que una propuesta se vuelva, en determinado momento, viable y legítima? Si ya fue antes deseada, por qué ahora se anuncia? Qué la vuelve necesaria a esa sociedad y tiempo? Qué ese tiempo y lugar anuncian como posibilidades y demandas? De esas cuestiones mucho podemos discutir, sobre las mudanzas en el contexto del trabajo en salud, por ejemplo, esta es la tarea y el objeto de nuestra investigación y atención crítica.

Todavía necesitamos una última pregunta sobre nosotros mismos y sobre cómo estamos implicados en ese tiempo y lugar. De ahí el momento de reconocer estos lazos de implicación y pertenencia, de constituciones identitarias móviles y frágiles; estas mismas que nos hacen defender proyectos y empeñarnos en alternativas de mudanza. Es en ese tiempo y lugar que somos y escogemos, algunas veces más rápidamente, otras veces más lentamente, pero siempre produciendo consecuencias. En el interior de bases legales y de organizaciones que parecen pre-determinar el camino, las reglas y la lógica de nuestra actuación parece haber poco espacio para la creación y el actuar éticamente responsable? Es exactamente de ese lugar que nos cabe problematizar nuestras seguras bases, trayectorias y oportunidades.

*Inclusive cuando todo pide un poco más de calma/
Hasta cuando el cuerpo pide un poco más de alma/
La vida no para.../ [...] El mundo va girando cada vez más veloz/
La gente espera del mundo y el mundo espera de nosotros / Un poco más de paciencia.../ Será que es tiempo que le falta para notar? / Será que tenemos ese tiempo para perder?/
Y quién quiere saber?/ La vida es tan rara. Tan rara... (Lenine. “Paciência”).*

¹Enfermeira. Doutora. Docente do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.
E-mail: flaviar@ccs.ufsc.br